

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.430, DE 2024

Cria o Cadastro Nacional de Creches para crianças em pré-escolas da educação infantil.

Autora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

Relator: Deputado MAURÍCIO CARVALHO

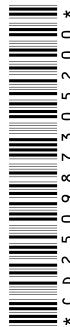
I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.430, de 2024, tem por objetivo instituir o Cadastro Nacional de Creches para crianças em pré-escolas da educação infantil, a ser gerido pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. O referido cadastro abrangerá as instituições públicas e privadas de ensino. Além disso, as informações do Cadastro deverão ser públicas, de livre acesso para consulta em sítios eletrônicos, resguardado o sigilo dos dados pessoais, na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A matéria encontra-se distribuída à Comissão de Educação (CE) e à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), para exame de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para parecer terminativo sobre adequação financeira ou orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para parecer terminativo de constitucionalidade e juridicidade, com apreciação conclusiva nesses colegiados. Tramita sob regime ordinário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei 1.430, de 2024, propõe a criação de Cadastro Nacional de Creches públicas e privadas. O propósito, segundo a Justificação, é *“levantar um diagnóstico da situação das creches no país, e propor medidas para aprimorar o seu funcionamento”*. Considerando os avanços constantes desde a edição da Lei nº 15.220, de 26 de setembro de 2025, que versa sobre o assunto, entendemos que há alguns aperfeiçoamentos legais com os quais podemos contribuir, que combinam o teor do projeto em análise e ideias adicionais trazidas da sociedade civil para contemplar o nobre objetivo de aprimorar as políticas públicas para a primeira infância e para a educação infantil.

O Poder Público dispõe de informações levantadas anualmente sobre as instituições de ensino de educação infantil, públicas e privadas, pelo Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Há dados sobre matrícula, docentes, infraestrutura escolar, bem como indicadores educacionais. Essas informações são públicas, com as ressalvas à proteção de dados determinadas pela Lei nº 13.719/2018 (LGPD).

Além disso, o Inep também realiza o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2024, inclusive as relativas à educação infantil, por meio do cruzamento dos dados do Censo Escolar com informações coletadas de outras bases de dados, como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essas informações podem ser utilizadas pelo Comitê Intersetorial da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, criado pelo Decreto nº 12.083/2024, para propor ações em favor do acesso e da qualidade da educação infantil.

Ademais, a manutenção de cadastro de instituições é tarefa de gestão dos órgãos responsáveis pela oferta da educação infantil: as secretarias de educação dos Municípios, que são os entes que devem priorizar a oferta de



educação infantil. No âmbito federal, já estão previstas no art. 11 da Lei nº 13.257/2016 as seguintes ações:

- o monitoramento e coleta sistemática de dados para avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e a divulgação dos seus resultados; e
- a disponibilização à sociedade da soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância e o percentual que os valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado, bem como informações sobre os valores aplicados pelos entes da Federação.

Como se pode notar, o esforço dos poderes públicos manterem um cadastro nacional que combine a ação conjugada dos diversos entes federativos é matéria de inegável mérito. Embora já consideravelmente regulada nos termos da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; do Decreto nº 12.083/2024; e das informações levantadas pelo Ministério da Educação e à disposição do Comitê Intersetorial mencionado, há possíveis ajustes que podem ser propostos.

Em 26 de setembro de 2025, foi editada a Lei nº 15.220/2025, que altera a referida Lei nº 13.257/2016, acrescentando-lhe §§ 3º e 4º no art. 11, com o seguinte teor:

“Art. 11.

.....

§ 3º Para atender ao disposto neste artigo, será implementado, em articulação com os entes federados, sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância, com integração dos bancos de dados das áreas de saúde, educação, assistência social e proteção.

§ 4º O sistema de que trata o § 3º contará também com informações detalhadas sobre creches e demais instituições de atendimento à primeira infância, de forma a assegurar a qualidade da oferta de educação infantil, nos termos do disposto no art. 16 desta Lei e na legislação educacional.”
(NR)



Com isso, o cadastro nacional pretendido já se encontra devidamente estabelecido no § 4º citado.

Os ajustes que entendemos ser possíveis para aprimorar a lei, apresentados em Substitutivo, consistem em: resguardo do sigilo dos dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); garantia de interoperabilidade do sistema de informação de políticas públicas integradas; incentivo da União para que os demais entes federativos promovam a atualização contínua e tempestiva do sistema nacional; oferta coordenada de serviços públicos voltados à criança e a seus responsáveis legais; estabelecimento de diretrizes mínimas para o sistema nacional voltado ao desenvolvimento da primeira infância.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.430, de 2024, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.430, DE 2024

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para aperfeiçoar aspectos do sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância e de seu respectivo cadastro nacional de instituições de atendimento à primeira infância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11
.....

§ 3º Para atender ao disposto neste artigo, será implementado, em articulação com os entes federados, sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância, com integração e interoperabilidade dos bancos de dados das áreas de saúde, educação, assistência social e proteção, resguardado o sigilo dos dados pessoais, na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

§ 4º O sistema de que trata o § 3º contará também com informações detalhadas, em forma de cadastro nacional, sobre creches, pré-escolas e demais instituições de atendimento à primeira infância, de forma a assegurar a qualidade da oferta de educação infantil, nos termos do disposto no art. 16 e na legislação educacional.

§ 5º O sistema nacional de que trata o § 3º e o cadastro nacional de que trata o § 4º terão como diretrizes, no mínimo:



I - a integração dos dados das crianças que se encontram na faixa etária da primeira infância definida nesta Lei e de seus responsáveis legais;

II - o incentivo da União para que Estados, Distrito Federal e Municípios disponibilizem, de forma contínua e tempestiva, os dados e registros sob sua responsabilidade relativos às instituições de atendimento à primeira infância no âmbito do sistema nacional de que trata o § 3º e do cadastro de que trata o § 4º;

III - promover ações destinadas a garantir o acompanhamento intersetorial das políticas públicas e a oferta coordenada de serviços públicos dos diferentes entes federativos em favor do atendimento à primeira infância.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator

